

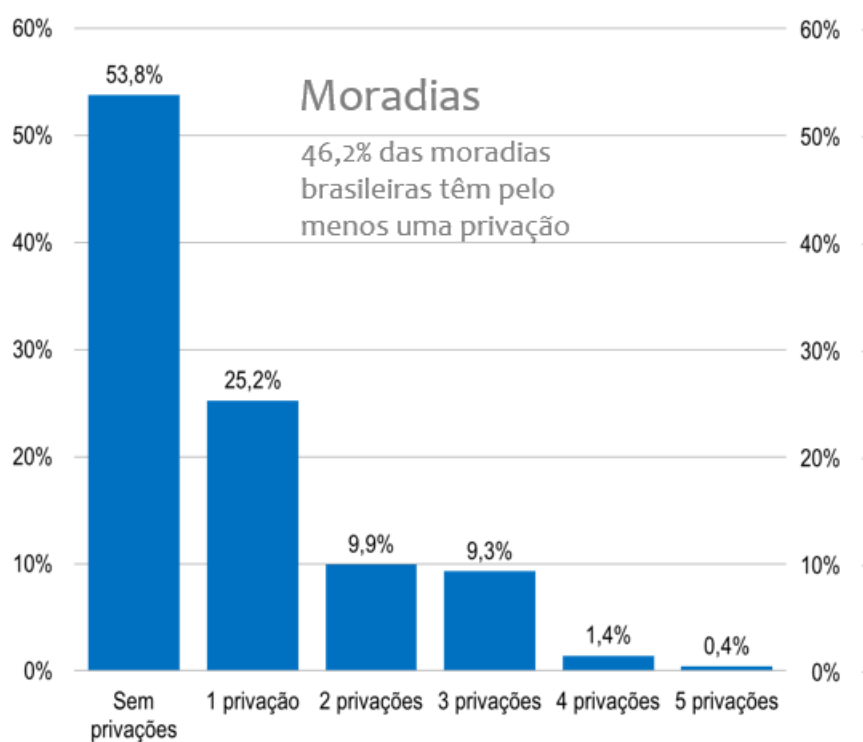
46,3% das moradias brasileiras possuem algum tipo de privação de saneamento básico, indica novo estudo do Trata Brasil

- *“A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?” mostra quem são as famílias brasileiras que ainda não contam com a adequada oferta de água potável, banheiros, coleta e tratamento de esgoto;*
- *Privação afeta majoritariamente jovens com menos de 20 anos, além de pretos, pardos e indígenas;*
 - *Nordeste do país é a região com a maior falta de serviços em todas as dimensões analisadas;*
- *Dos 12% de moradias sem acesso à rede geral de água, 70,2% estavam abaixo da linha de pobreza em 2022*

São Paulo, novembro de 2023 – O Instituto Trata Brasil, organização da sociedade civil que busca a universalização do saneamento básico no país, lança hoje a primeira edição do estudo **“A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?”**, produzido em parceria com a EX ANTE Consultoria Econômica e o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O estudo traça o perfil socioeconômico e demográfico da população brasileira que sofre com privações nos serviços de saneamento básico, utilizando dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Continuada Anual (PNADCA), produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre 2013 e 2022.

A pesquisa considera cinco categorias de privações: privação de acesso à rede geral de água; frequência de recebimento insuficiente de água potável; disponibilidade de reservatório; privação de banheiro; e privação de coleta de esgoto. Os números são alarmantes: considerando as moradias brasileiras, da totalidade de 74 milhões, quase 9 milhões não possuem acesso à rede geral de água; quase 17 milhões contam com uma frequência insuficiente de recebimento; cerca de 11 milhões não possuem reservatório de água; cerca de 1 milhão não possuem banheiro; e 22 milhões não contam com coleta de esgoto. A pesquisa indica que cerca de **uma a cada duas moradias brasileiras convivem diariamente com algum tipo de privação no saneamento**.

Gráfico 1 - Porcentagem das moradias privadas de serviços de saneamento, por número de privações, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Abordaremos neste texto o impacto das privações mencionadas na população, com o recorte dos melhores e piores estados nestes quesitos e, por fim, trataremos das implicações das privações na saúde dos brasileiros.

Tabela 1 - Número de moradias em privação de serviços de saneamento, Brasil, 2022

Dimensões	Moradias	
	Número	(%) do total
1. Privação de acesso à rede geral de água	8.915.929	12,0%
2. Frequência de recebimento insuficiente	16.896.340	22,8%
3. Disponibilidade de reservatório	10.856.039	14,6%
4. Privação de equipamento sanitário	1.331.733	0,7%
5. Privação de coleta de esgoto	22.831.778	30,8%

Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

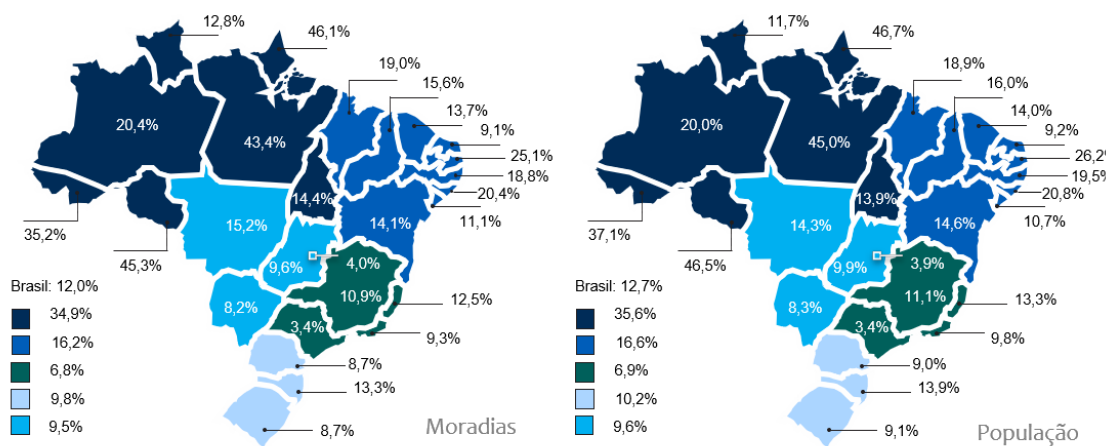
1. PRIVAÇÃO DE ACESSO À REDE GERAL DE ÁGUA

As estatísticas da PNADC apontam que 8,916 milhões de moradias não estavam ligadas à rede geral de abastecimento de água tratada em 2022, o que correspondeu a 12% do total de residências no país, afetando 27,270 milhões de pessoas. A maior parte delas (35%) estava localizada nos estados do Nordeste brasileiro, totalizando 3,117 milhões de residências em 2022. Na região, a maior concentração de moradias com essa privação estava na Bahia, em Pernambuco e no Maranhão. **No Nordeste, cerca de 17 a cada 100 moradias ainda não estava ligada à rede geral de abastecimento de água tratada.** Em três estados, contudo, essa proporção estava bem próxima ou passava a marca de 20 a cada 100, como foi o caso da Paraíba, de Alagoas e de Pernambuco.

Mapa 1 - Moradias e população com privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Moradias

População

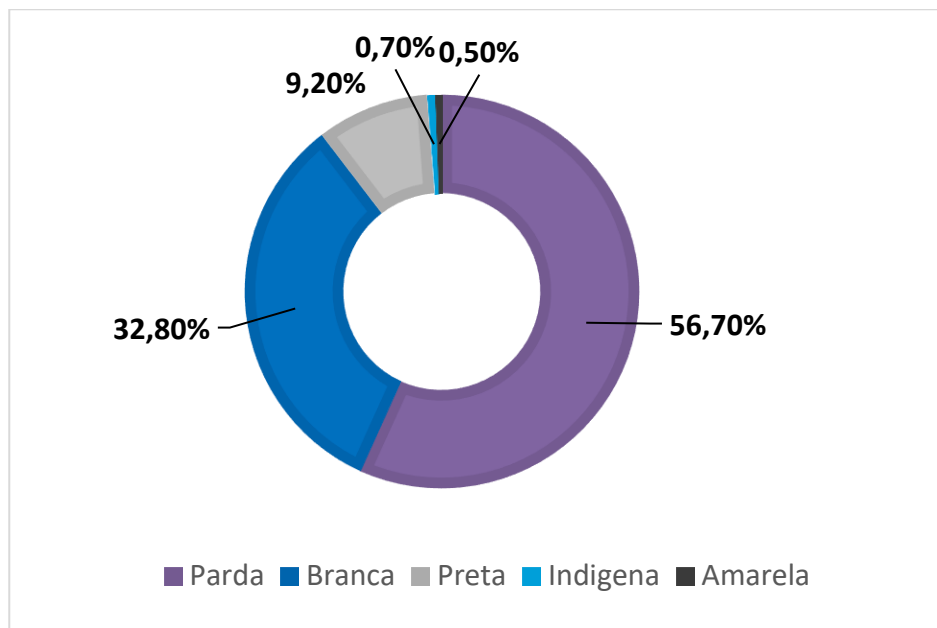


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A frequência relativa da população com privação de acesso à rede geral de água foi relativamente constante nas diversas faixas etárias. Mais de 30% das pessoas morando em habitações sem acesso à rede geral de água tratada tinham menos de 20 anos de idade, o que significa dizer que **é um problema fortemente concentrado na população jovem do país e nas famílias com um número maior de filhos.**

As pessoas autodeclaradas pardas prevaleceram no total da população em privação de acesso à rede geral de abastecimento de água, respondendo por 56,7% do total em 2022. A população autodeclarada branca respondeu por 32,8% e a autodeclarada preta, por outros 9,2%. Em termos relativos, **a maior frequência ocorreu na população indígena, onde 19 a cada 100 pessoas estavam na condição de privação de acesso à água tratada.**

Gráfico 2 – Distribuição da população com privação de abastecimento de água por rede geral, por raça autodeclarada, Brasil, 2022

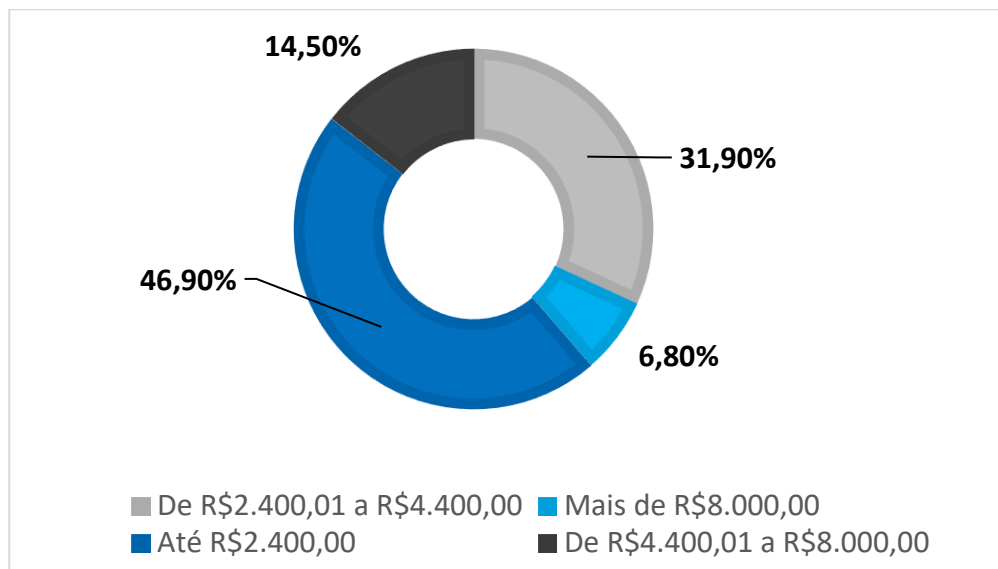


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Do ponto de vista educacional, a grande maioria da população em estado de privação de acesso à rede de água tratada não tinha instrução formal (12%) ou não tinha completado o ensino fundamental (45,8%). O peso da população que chegou ao ensino superior, tendo ou não completado esse ciclo, foi relativamente pequeno, de 6,6%.

A distribuição da população com este tipo de privação apresenta uma forte concentração nos domicílios de baixa renda. Em 2022, 46,9% das pessoas com essa privação moravam em domicílios em que a renda total foi de, no máximo, R\$ 2.400,00 por mês. Outros 31,9% das pessoas em privação moravam em residências cuja renda mensal domiciliar variava entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400,00. **Essas duas classes de renda totalizaram quase 80% da população em estado de privação de acesso à rede geral de distribuição de água tratada.**

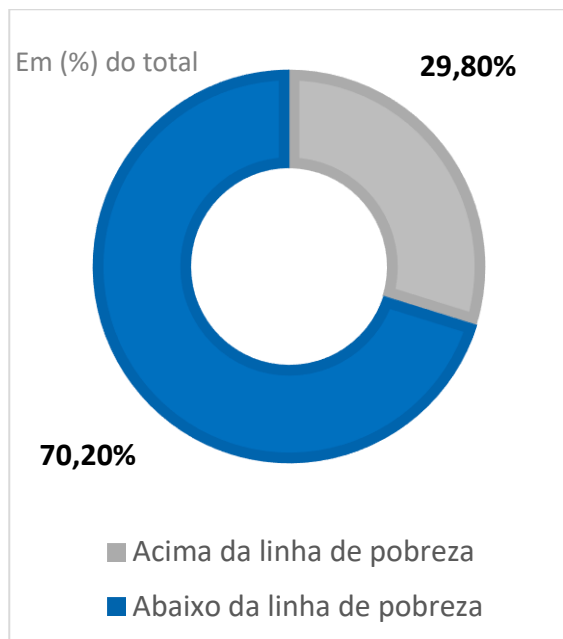
Gráfico 3 – Distribuição da população com privação de abastecimento de água por rede geral, por faixa de rendimento mensal domiciliar, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A análise identificou que 70,2% da população morando em habitações sem acesso à rede de distribuição de água tratada estava abaixo da linha de pobreza em 2022. A linha é definida pela renda domiciliar per capita: quem mora em um domicílio cuja renda per capita foi inferior a R\$ 417,45 por mês estava abaixo da linha de pobreza conforme a definição do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Essa renda mensal equivalia a um rendimento diário de R\$ 13,92.

Gráfico 4 – Distribuição da população com privação de abastecimento de água por rede geral por tipo grau de pobreza e frequência relativa, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Percentualmente, os cinco piores estados com esta modalidade de privação, considerando moradias e a população, foram Amapá, Rondônia, Pará, Acre e Paraíba. Apesar do Nordeste ter liderado a privação como região, o Norte do país infelizmente sofre com a falta de acesso à rede geral de água, com alguns de seus estados liderando percentualmente nesta privação.

Tabela 2 – Os cinco estados com a maior privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022	População com privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022
Amapá	46,1%	46,7%
Rondônia	45,3%	46,5%
Pará	43,4%	45,0%
Acre	35,2%	37,1%
Paraíba	25,1%	26,2%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

Já os cinco melhores estados, que apresentam o menor índice percentual desta privação, estão espalhados pela região Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país: São Paulo, Distrito Federal, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul.

Tabela 3 – Os cinco estados com a menor privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022	População com privação de abastecimento de água por rede geral, em (%) dos totais, 2022
São Paulo	3,4%	3,4%
Distrito Federal	4,0%	3,9%
Mato Grosso do Sul	8,2%	8,3%
Paraná	8,7%	9,0%
Rio Grande do Sul	8,7%	9,1%

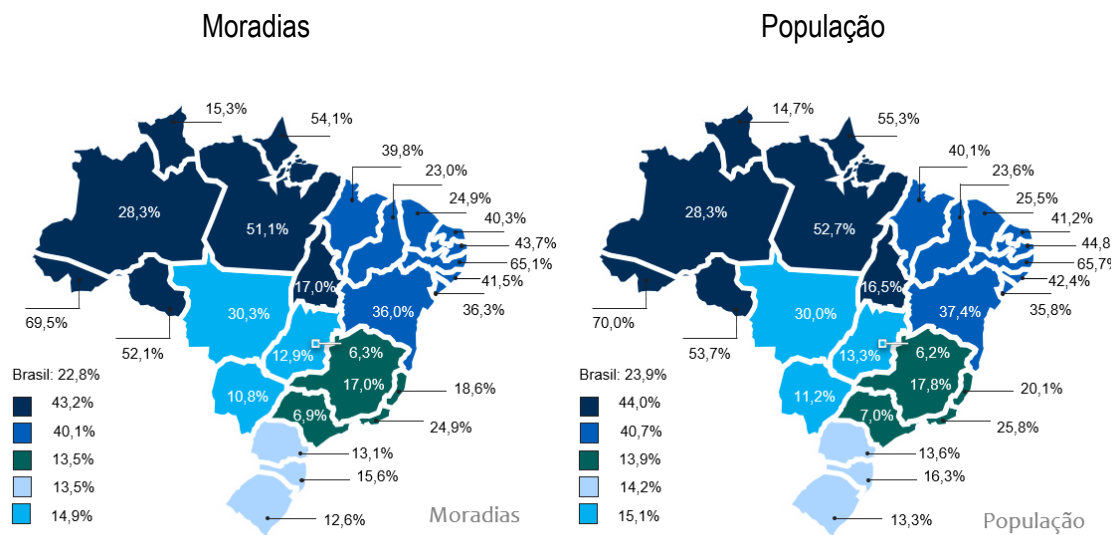
Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

2. FREQUENCIA DE RECEBIMENTO DE ÁGUA INSUFICIENTE

Em 2022, havia 16,896 milhões de moradias que, a despeito de estarem ligadas à rede geral de distribuição, não recebiam água diariamente, ou seja, na regularidade de abastecimento recomendada pela Organização Mundial da Saúde e pelo Plano Nacional de Saneamento (Plansab). Esse número correspondeu a 22,8% do total de residências no país.

Aos moldes do que se observa nas outras dimensões da privação de saneamento, a maior parte das moradias com este tipo de privação estava localizada nos estados do Nordeste brasileiro, totalizando 7,730 milhões de residências em 2022, ou seja, 45,8% de todas as moradias brasileiras com este tipo de privação estão localizadas na região. Entre os estados do Nordeste, a maior concentração de moradias com essa privação estava em Pernambuco, na Bahia e no Maranhão, os mesmos estados com o maior número de residenciais sem acesso à rede água tratada. **Na região Nordeste, cerca de 23 a cada 100 moradias não recebem água diariamente.** Em três estados, contudo, essa proporção estava bem próxima ou passava a marca de 40 a cada 100, como foi o caso de Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Maranhão.

Mapa 2 – Moradias e população com frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022

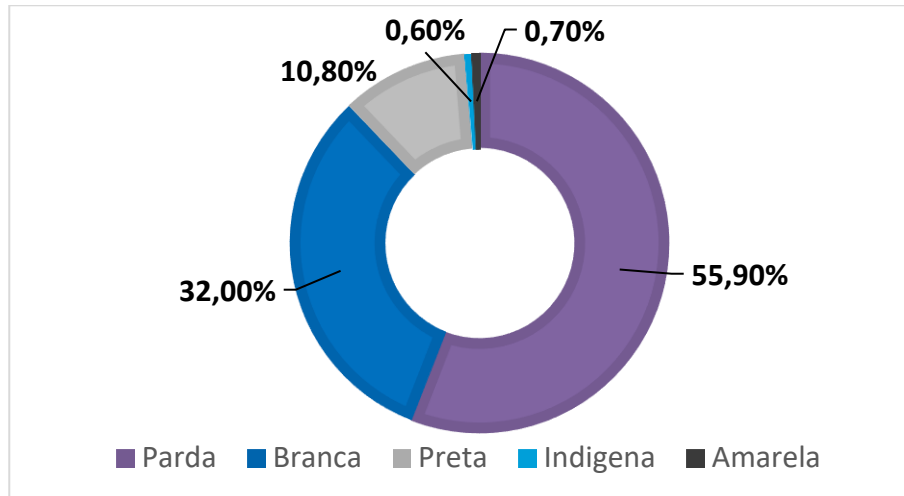


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A frequência relativa da população com abastecimento irregular de água também variou pouco entre as diversas faixas etárias, mas foi ligeiramente maior nos grupos etários mais jovens. **30,4% dos 51,197 milhões de pessoas morando em habitações com recebimento irregular de água tratada tinham menos de 20 anos de idade, outro problema também fortemente concentrado na população jovem do país e nas famílias com um número maior de filhos.**

As pessoas autodeclaradas pardas prevaleceram no total da população neste recorte de privação, respondendo por 55,9% do total em 2022. A população autodeclarada branca respondeu por 32% e a autodeclarada preta, por outros 10,8%. Em termos relativos, contudo, a maior frequência ocorreu novamente na população indígena, onde 33 a cada 100 pessoas estavam na condição de abastecimento irregular de água tratada.

Gráfico 5 – Distribuição da população com frequência de recebimento insuficiente de água, por raça autodeclarada, Brasil, 2022

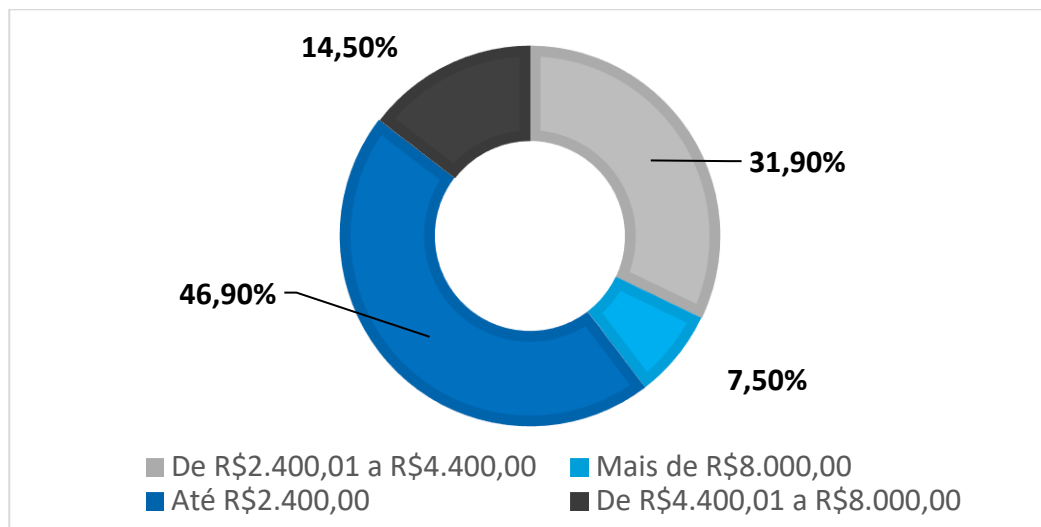


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Semelhante ao que foi observado no caso da privação de acesso à água tratada, a grande maioria da população em estado de abastecimento irregular não tinha instrução formal (11,2%) ou não tinha completado o ensino fundamental (41%). O peso da população que chegou ao ensino superior, tendo ou não completado esse ciclo, foi relativamente pequeno, de 9,2% do total de pessoas que moram em habitação com abastecimento irregular de água.

Novamente, essa segunda dimensão da privação apresentou uma distribuição da população por faixa de rendimento mensal domiciliar fortemente concentrada nos domicílios de baixa renda. Em 2022, **45,5% do total de 51,197 milhões de pessoas com essa privação moravam em domicílios em que a renda total foi de, no máximo, R\$ 2.400,00 por mês.** Outros 31,9% das pessoas em privação moravam em residências cuja renda mensal domiciliar variava entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400,00. **Essas duas classes de renda totalizaram 77,4% da população em estado de privação de abastecimento irregular de água tratada.**

Gráfico 6 – Distribuição da população com frequência de recebimento insuficiente de água, por faixa de rendimento mensal domiciliar, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Aos moldes do que foi observado no caso da privação de acesso à água tratada, a análise identificou que 72% da população morando em habitações com abastecimento irregular de água tratada estavam abaixo da linha de pobreza em 2022.

Percentualmente, os cinco piores estados com esta modalidade de privação, considerando moradias e a população, foram Acre, Pernambuco, Amapá, Rondônia e Pará. Infelizmente quatro desses estados (Acre, Amapá, Rondônia e Pará) também estavam no fim da lista quando o assunto foi privação do acesso à rede de água.

Tabela 4 – Os cinco estados com a maior privação de frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022	População com frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022
Acre	69,5%	70,0%
Pernambuco	65,1%	65,7%
Amapá	54,1%	55,3%
Pernambuco	65,1%	65,7%
Pará	51,1%	52,7%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

Os estados que contavam com a menor privação percentual neste quesito foram Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso do Sul, Rio Grande do Sul e Goiás, quatro destes (Distrito Federal, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul) também ocupavam o topo na lista considerando a menor privação de acesso à rede de água.

Tabela 5 – Os cinco estados com a menor privação de frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022

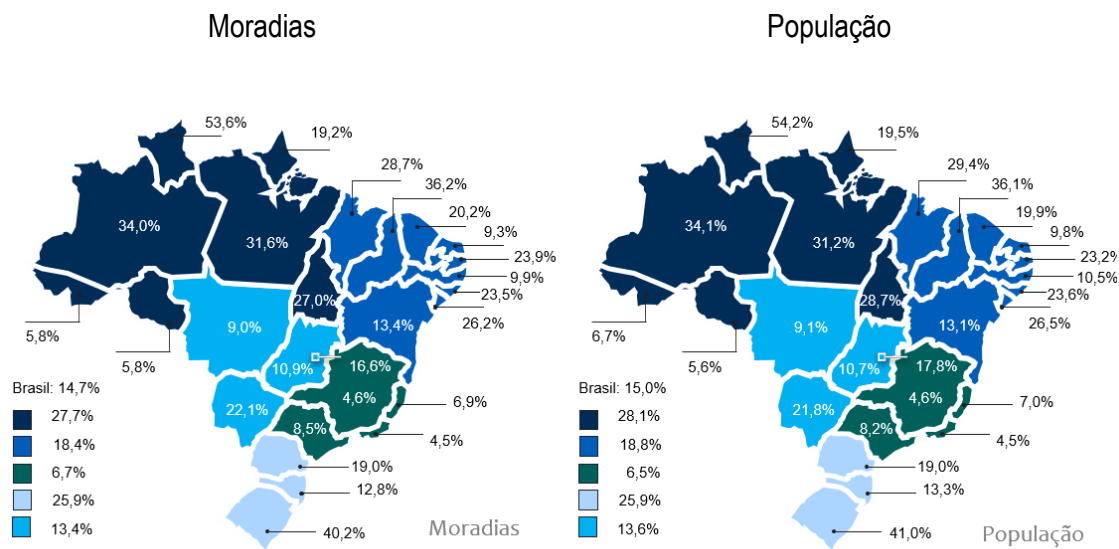
Localidade	Moradias com frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022	População com frequência de recebimento insuficiente de água, em (%) dos totais, 2022
Distrito Federal	6,3%	6,2%
São Paulo	6,9%	7,0%
Mato Grosso do Sul	10,8%	11,2%
Rio Grande do Sul	12,6%	13,3%
Goiás	12,9%	13,3%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

3. PRIVAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE RESERVATÓRIO DE ÁGUA

Segundo as estatísticas da PNADC, 10,856 milhões de moradias não tinham reservatórios de água em 2022, o que representa 14,7% do total de residências no país. A maior parte (32%) estava localizada novamente nos estados do Nordeste brasileiro, totalizando 3,473 milhões de habitações em 2022. Entre os estados da região, a maior concentração de moradias com essa privação na região estava na Bahia, Maranhão e Ceará. **Na região Nordeste, 18,4% das moradias ainda não contavam com caixa d'água.** Nessas residências, se não houver pessoas em casa ou acordadas quando é feito o abastecimento, não há aproveitamento dessa água para a cozinha, a limpeza e a higiene pessoal. Essas moradias abrigavam uma população de 31,954 milhões de brasileiros.

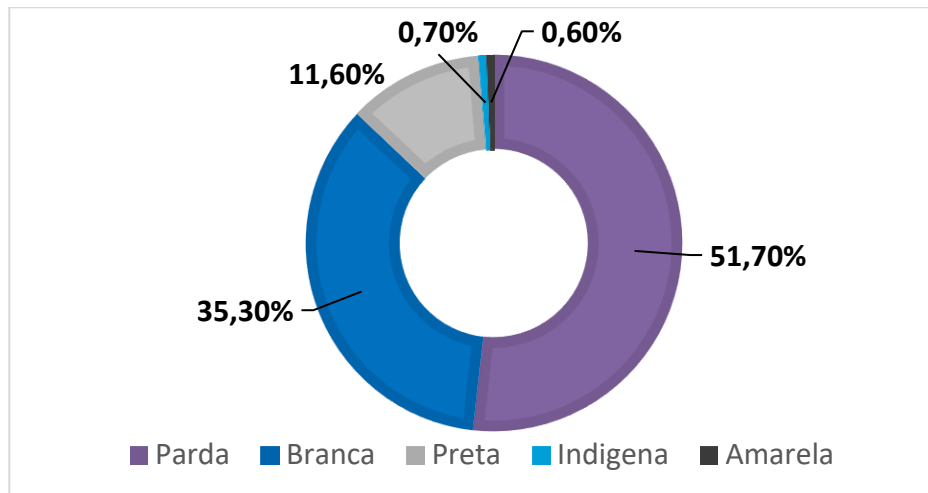
Mapa 3 – Moradias e população com privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

A população com privação de reservatório de água por faixa etária em 2022 possui frequência maior nos grupos etários mais jovens. De acordo com o estudo, 53,4% dos 32 milhões de pessoas morando em habitações sem reservatório de água em 2022 tinham menos de 20 anos de idade. Com relação à raça autodeclarada, observa-se que a privação foi maior nas pessoas pardas, respondendo por mais da metade da população brasileira em 2022. A população autodeclarada branca respondeu por 35,3% e a autodeclarada negra, por outros 11,6%. Em termos relativos, contudo, a maior frequência ocorreu na população indígena, onde 23 a cada 100 pessoas estavam na condição de privação de caixa d'água.

Gráfico 7 – Distribuição da população com privação de disponibilidade de reservatório, por raça autodeclarada, Brasil, 2022

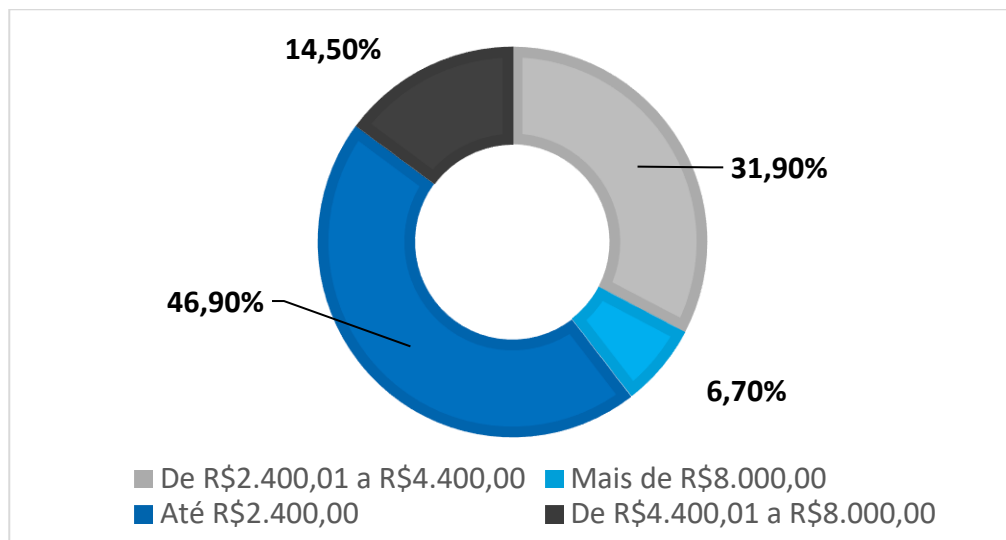


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Do ponto de vista educacional, novamente a grande maioria da população em estado de privação de disponibilidade de caixa d'água não tinha o ensino fundamental completo (39,7%). O peso da população que completou o ensino superior foi bem menor, de apenas 6,4% do total da população brasileira em 2022.

Já na distribuição por faixa de rendimento mensal domiciliar em 2022, nota-se uma forte concentração dessa privação nos domicílios de baixa renda: 44,5% do total de 32 milhões de pessoas em privação de caixa d'água moravam em domicílios em que a renda total foi de, no máximo, R\$ 2.400,00 por mês. Outros 31,9% das pessoas em privação moravam em residências cuja renda mensal domiciliar variava entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400,00. **Essas duas classes de renda totalizaram quase 77% da população em estado de privação de caixa d'água.** Por fim, identificou que 26% da população morando em habitações sem reservatório de água estavam abaixo da linha de pobreza em 2022.

Gráfico 8 – Distribuição da população com privação de disponibilidade de reservatório, por faixa de rendimento mensal domiciliar, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Percentualmente, os cinco piores estados com esta modalidade de privação, considerando moradias e a população, foram Roraima, Rio Grande do Sul, Piauí, Amazonas e Pará. Apesar de mais uma vez o Nordeste ser a região mais afetada por essa privação, os estados com as maiores porcentagens desta privação estão espalhados também pelas regiões Norte e Sul.

Tabela 6 – Os cinco estados com a maior privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022	População com privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022
Roraima	53,6%	54,6%
Rio Grande do Sul	40,2%	41,0%
Piauí	36,2%	36,1%
Amazonas	34,0%	34,1%
Pará	31,6%	31,2%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

Os estados com a menor privação desta modalidade ficaram distribuídos entre as regiões Sudeste e Norte: Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rondônia, Acre e Espírito Santo. Curioso destaque para a região Norte, que teve seus estados entre os piores e melhores índices percentuais.

Tabela 7 – Os cinco estados com a menor privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022	População com privação de disponibilidade de reservatório, em (%) dos totais, 2022
Rio de Janeiro	4,5%	4,5%
Minas Gerais	4,6%	4,6%
Rondônia	5,8%	4,6%
Acre	5,8%	6,7%
Espírito Santo	6,9%	7,0%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

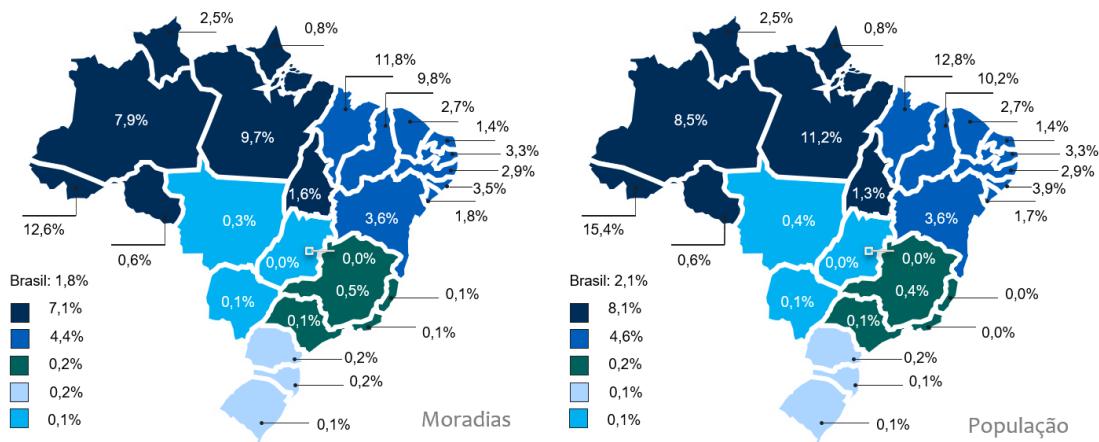
4. PRIVAÇÃO DE EQUIPAMENTO SANITÁRIO (BANHEIRO)

As estatísticas da PNADC indicam que 1,332 milhões de moradias não tinham banheiro de uso exclusivo do domicílio em 2022. Esse número correspondeu a 1,8% do total de residências no país. A maior parte das moradias com privação de banheiro (63,1%) estava localizada nos estados do Nordeste brasileiro, totalizando 841 mil habitações em 2022. Entre os estados do Nordeste, a maior concentração de moradias com essa privação estava no Maranhão, Bahia e Piauí. **Na região Nordeste, cerca de 4 a cada 100 moradias ainda não tinham banheiro de uso exclusivo.**

Mapa 4 – Moradias e população com privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022

Moradias

População

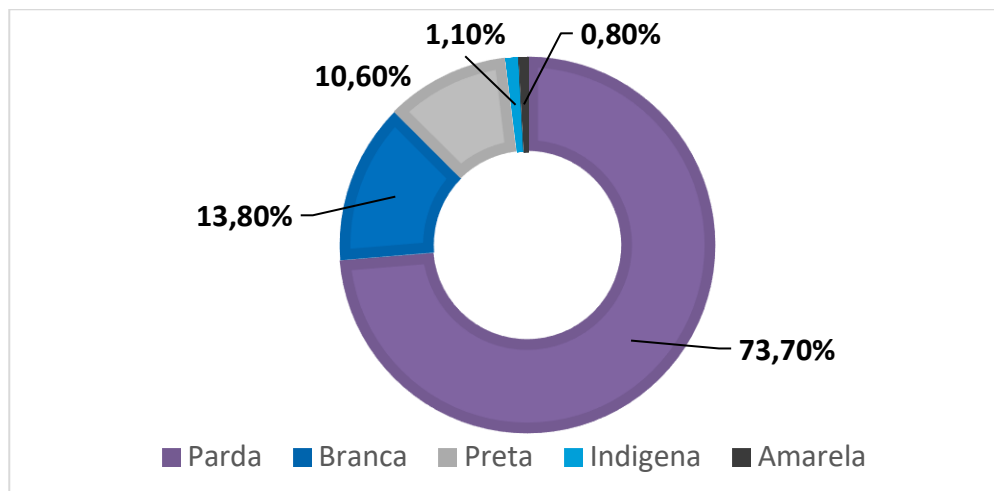


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Já sobre a população com privação de equipamento sanitário conforme a faixa etária, o estudo indica que quase 40% das pessoas que moravam em habitações sem banheiro de uso exclusivo em 2022 tinham menos de 20 anos de idade.

As pessoas autodeclaradas pardas prevaleceram no total da população em privação de banheiro, respondendo por 73,7% do total em 2022. A população autodeclarada branca respondeu por 13,8% e a autodeclarada negra, por outros 10,6%. Em termos relativos, contudo, a maior frequência ocorreu na população indígena, onde 5 a cada 100 pessoas estavam na condição de privação de banheiro.

Gráfico 9 – Distribuição da população com privação de equipamento sanitário, por raça autodeclarada, Brasil, 2022

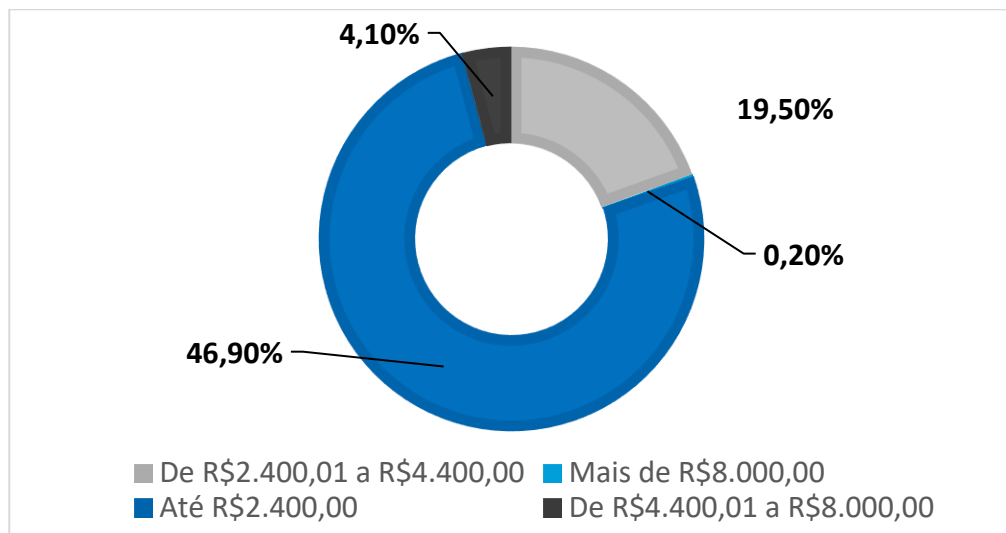


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Do ponto de vista educacional, a grande maioria da população em estado de privação de banheiro não tinha instrução formal (18,1%) ou não tinha completado o ensino fundamental (54,5%). O peso da população que chegou ao ensino superior, tendo ou não completado esse ciclo, foi extremamente pequeno, de apenas 1,2% do total de pessoas em estado de privação de banheiro.

A distribuição da população com privação de equipamento sanitário por faixa de rendimento mensal domiciliar apresenta novamente uma forte concentração nos domicílios de baixa renda. Em 2022, 76,2% do total de 4,412 milhões de pessoas em privação de banheiro moravam em domicílios em que a renda total foi de, no máximo, R\$ 2.400,00 por mês. Outros 19,5% das pessoas em privação moravam em residências cuja renda mensal domiciliar variava entre R\$ 2.400,01 e R\$ 4.400,00. **Essas duas classes de renda totalizaram quase 96% da população em estado de privação de banheiro.**

Gráfico 10 – Distribuição da população com privação de equipamento sanitário, por faixa de rendimento mensal domiciliar, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Por fim, a análise identificou que 60,7% da população morando em habitações sem banheiro de uso exclusivo estavam abaixo da linha de pobreza em 2022.

Percentualmente, os cinco piores estados com esta modalidade de privação, considerando moradias e a população, foram Acre, Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas, novamente com predominância das regiões Norte e Nordeste.

Tabela 8 – Os cinco estados com a maior privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022	População com privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022
Acre	12,6%	15,4%
Maranhão	11,8%	12,8%
Piauí	9,8%	10,2%
Pará	9,7%	11,2%
Amazonas	7,9%	8,5%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

Já os estados com a menor privação desta modalidade ficaram distribuídos entre as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, com direito a empate técnico: Goiás, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Tabela 9 – Os cinco estados com a menor privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022	População com privação de equipamento sanitário, em (%) dos totais, 2022
Goiás	0,0%	0,0%
Distrito Federal	0,0%	0,0%
Rio de Janeiro	0,1%	0,0%
Espírito Santo	0,1%	0,0%
RS, MS e SP	0,1%	0,1%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

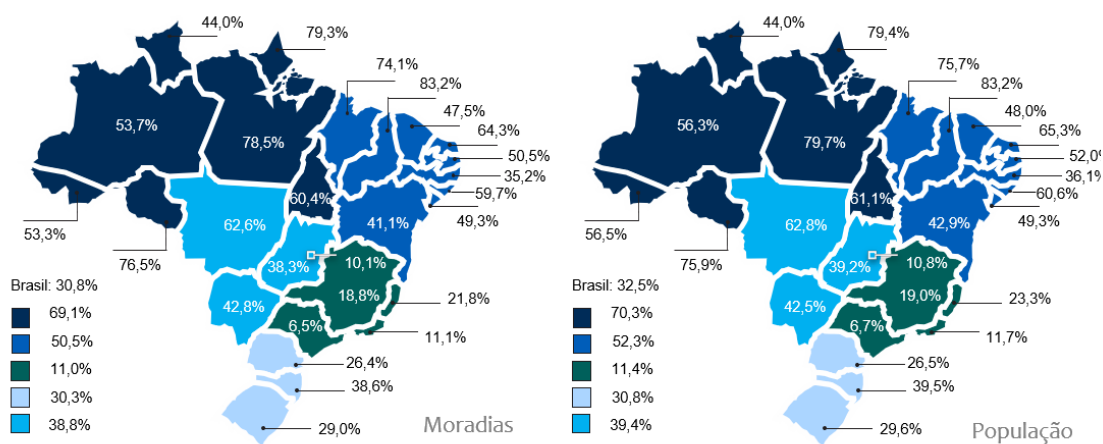
5. PRIVAÇÃO DE ACESSO À REDE GERAL DE COLETA DE ESGOTO

Segundo as estatísticas da PNADC, 22,832 milhões de moradias não tinham acesso à rede geral de coleta de esgoto em 2022. Esse número correspondeu a 30,8% do total de residências no país. O estudo indica que 42,7% das residências com privação de acesso à coleta de esgoto estavam no Nordeste, totalizando 9,750 milhões de moradias. Entre os estados da região, a maior concentração de moradias com essa privação estava no Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte. **No Nordeste, metade das moradias ainda não tinha acesso à coleta de esgoto.**

Mapa 5 – Moradias e população com privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Moradias

População

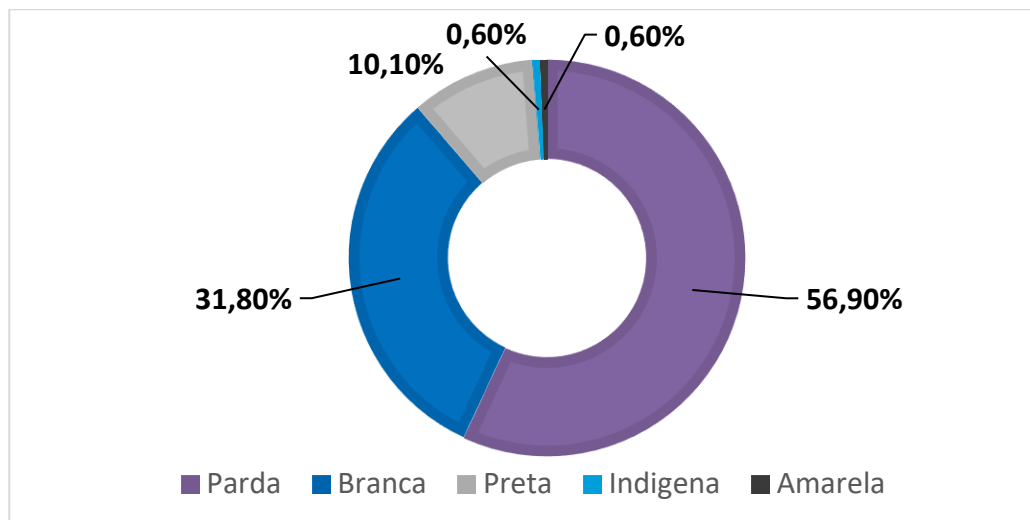


Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Em termos relativos, a frequência da população sem acesso aos serviços de coleta de esgoto por rede geral foi bastante distinta conforme a faixa etária. Observa-se que essa frequência foi maior nos grupos etários mais jovens. Na população com idade até 4 anos, 36,2% moravam em habitações sem acesso à coleta de esgoto. Essa taxa foi ainda maior na faixa etária de 15 a 19 anos: 37,7%. Isso reitera o fato que o problema da falta de coleta de esgoto também está fortemente concentrado na população jovem do país e nas famílias com um número maior de filhos.

Do total de pessoas com privação de acesso aos serviços de coleta de esgoto, 56,9% se autodeclararam pardas em 2022. A população autodeclarada branca respondeu por 31,8% e a autodeclarada negra, por outros 10,1%. Em termos relativos, contudo, a maior frequência ocorreu na população indígena, onde 44,6% das pessoas estavam nessa condição de privação.

Gráfico 11 – Distribuição da população com privação de coleta de esgoto por rede geral, por raça autodeclarada, Brasil, 2022



Fonte: PNADC. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Do ponto de vista educacional, a grande maioria da população em estado de privação de acesso aos serviços de coleta de esgoto por rede geral tinha o ensino fundamental incompleto (41,3%) ou o ensino médio completo (22,2%).

Novamente, os cinco piores estados percentualmente com esta modalidade de privação, considerando moradias e a população, foram das regiões Nordeste e Norte do país: Piauí, Amapá, Pará, Rondônia e Maranhão.

Tabela 10 – Os cinco estados com a maior privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022	População com privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022
Piauí	83,2%	83,2%
Amapá	79,3%	79,4%
Pará	78,5%	79,7%
Rondônia	76,5%	75,9%
Maranhão	74,1%	75,7%

Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

Os com os melhores índices foram São Paulo, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, com predominância da região Sudeste do país.

Tabela 10 – Os cinco estados com a menor privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022

Localidade	Moradias com privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022	População com privação de coleta de esgoto por rede geral, em (%) dos totais, 2022
São Paulo	6,5%	6,7%
Distrito Federal	10,1%	10,8%
Rio de Janeiro	11,1%	11,7%
Minas Gerais	18,8%	19,0%
Espírito Santo	21,8%	23,3%

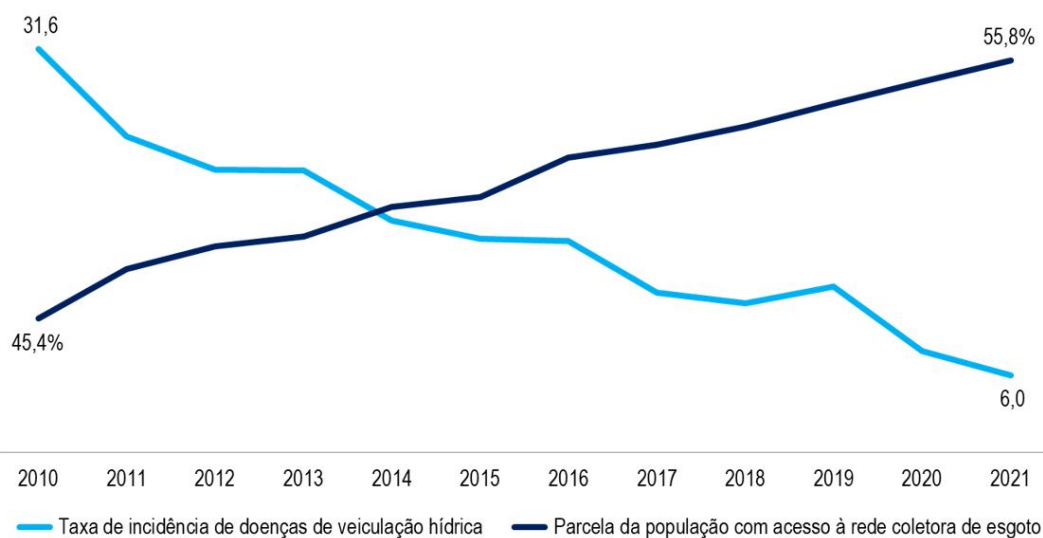
Fonte: PNADC. Elaboração: Trata Brasil e Ex Ante Consultoria Econômica.

6. IMPLICAÇÕES PARA A SAÚDE

A falta de água tratada e carência de serviços de coleta e de tratamento de esgoto tem um impacto direto sobre a saúde da população, principalmente nos jovens e nos idosos, pois eleva a incidência de infecções gastrointestinais e doenças respiratórias, dado que a higiene das mãos é uma forma muito eficaz de reduzir a probabilidade de transmissão dessas enfermidades.

Além dos impactos para o bem-estar da população, a falta de saneamento básico, ao aumentar a incidência de infecções, provoca o afastamento das pessoas de suas funções laborais, acarretando custos para a sociedade com horas não trabalhadas, além de incorrer em despesas públicas e privadas com o tratamento dessas pessoas infectadas.

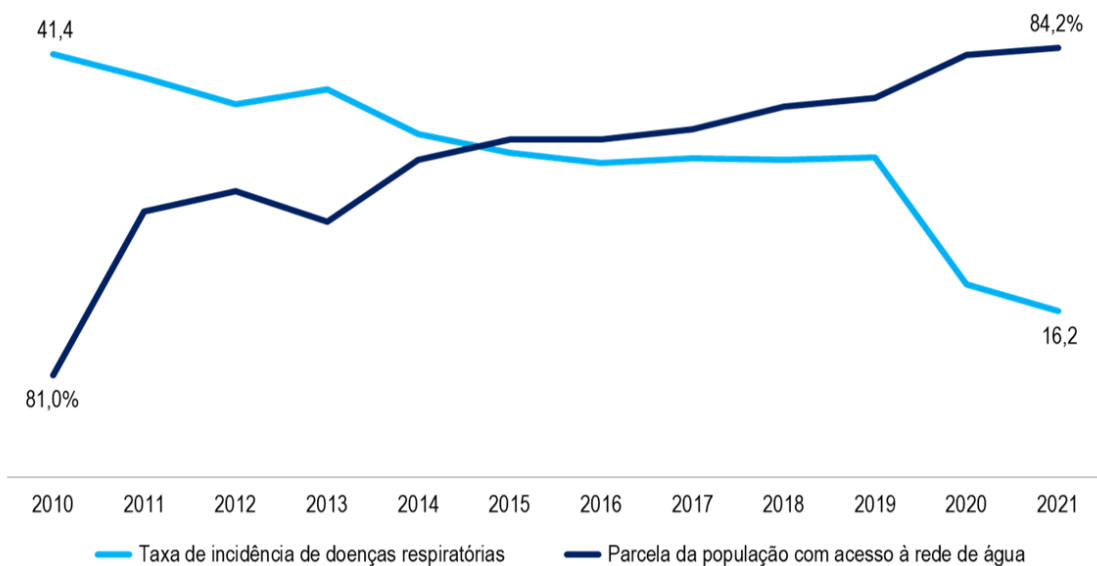
Gráfico 12 - Evolução da parcela da população com acesso à rede de distribuição de água tratada e da taxa de incidência de internações por doenças respiratórias, Brasil



Fonte: IBGE, SNIS e DATASUS. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.

Como podemos ver no gráfico acima, a incidência de doenças de veiculação hídrica cai na medida que aumenta a população com acesso à rede coletora de esgoto.

Gráfico 13 - Evolução da parcela da população com acesso à rede de distribuição de água tratada e da taxa de incidência de internações por doenças respiratórias, Brasil



Fonte: IBGE, SNIS e DATASUS. Elaboração: Ex Ante Consultoria Econômica.



Com o aumento da parcela da população com acesso à rede de água tratada, há a diminuição na incidência de doenças respiratórias, semelhante ao ocorrido na coleta de esgoto e as doenças de veiculação hídrica. Como vimos no estudo que a oferta de água tratada, coleta e tratamento de esgoto é menos presente nas camadas da população mais jovem, parda, preta ou indígena e com renda inferior a R\$ 2.400, em muitos casos abaixo da linha da pobreza, essas doenças estarão mais presentes nesta mesma parcela da população.

CONCLUSÃO

De acordo com Marina Grossi, presidente do CEBEDS, "o cenário do saneamento básico no Brasil é de uma discrepância inaceitável. A baixa cobertura de saneamento atual reflete impactos negativos em áreas vitais para qualquer sociedade, como saúde, educação, produtividade, geração de renda e qualidade ambiental. Ou seja, interfere de forma direta e concreta nas três principais dimensões da sustentabilidade - econômica, social e ambiental. Precisamos, portanto, de um trabalho conjunto entre governos, empresas e sociedade civil para lidar com esse problema e garantir a universalização do saneamento, para finalmente mudar esta realidade que nos envergonha em pleno século 21."

Luana Pretto, presidente-executiva do Instituto Trata Brasil, afirma que *"A vida sem saneamento: para quem falta e onde mora essa população?"* aponta como a desigualdade social brasileira é refletida no acesso ao saneamento básico. *"O estudo mostra os grandes desafios que ainda temos para universalizar essas modalidades de infraestrutura no país. O problema afeta de maneira contundente as jovens famílias brasileiras, muitas das quais vivendo abaixo da linha da pobreza, que além de tudo adoece mais graças a essa falta de infraestrutura. Quase a metade do país viver com ao menos uma privação de saneamento básico é algo inaceitável e que gera um imenso impacto negativo para todos, afetando a saúde, educação e qualidade de vida de milhões de brasileiros"*, finaliza a executiva.

Sobre o Instituto Trata Brasil



O Instituto Trata Brasil (ITB) é uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) que surgiu em 2007 com foco nos avanços do saneamento básico e na proteção dos recursos hídricos do país. Tornou-se uma fonte de informação ao cidadão para que reivindique a universalização deste serviço mais básico e essencial para qualquer nação. O ITB produz estudos, pesquisas e projetos sociais visando conscientizar o cidadão comum do problema e, ao mesmo tempo, pressionar pela solução nos três níveis de governo. A proposta é que todos conheçam a realidade do acesso à água tratada, coleta e tratamento dos esgotos e busquem avanços mais rápidos.

Sobre o CEBDS

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) é uma associação civil sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento sustentável por meio da articulação junto aos governos e a sociedade civil, além de divulgar os conceitos e práticas mais atuais do tema. Fundado em 1997, reúne mais de 100 dos maiores grupos empresariais do país, cujos faturamentos somados representam cerca de 50% PIB brasileiro e que geram 1,1 milhão de empregos. Representa no Brasil a rede do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), que conta com quase 60 conselhos nacionais e regionais em 36 países e de 22 setores industriais, além de 200 grupos empresariais que atuam em todos os continentes.

IMPRENSA:

Ivan Rocatelli - Supervisor de Comunicação

(11) 9-9623-4668

imprensa@tratabrasil.org.br

Isabella Falconier - Trainee de Comunicação

painelsaneamento@tratabrasil.org.br